



### **Divisão de Ambiente, Energia e Obras**

Procedimento por Concurso Público nº OM/CP/21/24, nos termos da alínea b) do art.º 19º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para a execução da empreitada **“Requalificação da Rua das Necessidades”**.

## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



## Índice

- 1 - Identificação do concurso
- 2 - Entidade contratante/entidade adjudicante
- 3 - Disponibilização e consulta do processo
- 4 – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento
- 5 - Concorrentes
- 6- Critérios de adjudicação e de desempate
- 7- Prazo e modo de apresentação das propostas
- 8 - Inspeção do local dos trabalhos
- 9 - Documentos que instruem a proposta
- 10 - Idioma dos documentos da proposta
- 11 - Apresentação de propostas variantes
- 12 -Prazo de obrigação de manutenção das propostas
- 13 - Análise das propostas
- 14 - Audiência prévia
- 15 - Adjudicação
- 16 - Notificação da adjudicação
- 17 - Aceitação/reclamação da minuta do contrato
- 18 - Ajustamentos ao contrato
- 19 - Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente adjudicatário, prazo de entrega e modo de apresentação e prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados
- 20 - Caução
- 21 - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação
- 22 - Caducidade da adjudicação
- 23 - Celebração do contrato
- 24 – Contagem dos prazos
- 25 – Despesas e Encargos do adjudicatário
- 26 – Impugnações administrativas
- 27 - Legislação aplicável

### Anexos:

- I. Modelo da Declaração de aceitação dos conteúdos do Caderno de encargos, a que se refere a alínea a) do nº.1 do art.º 57º do CCP**
- II. Modelo de Declaração de Indicação do Preço Contratual**
- III. Modelo da Declaração de Habilitação, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Códigos dos Contratos Públicos**
- IV. Modelo de Caução**



#### Cláusula 1ª

##### Identificação do Concurso

- 1.O presente procedimento por Concurso Público tem por objeto a execução de da empreitada **"Requalificação da Rua das Necessidades"**, nos termos definidos no Caderno de Encargos, e demais documentos patenteados no procedimento, ao abrigo da alínea a) do art.º 19º do C.C.P., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio, e demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, na sua redação atual.
2. Para efeitos do disposto no art.º 47.º do CCP, o preço base é de **244.980,84€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e foi calculado com base nos custos médios resultantes de últimos procedimentos realizados.
3. Os trabalhos objeto do presente procedimento têm a seguinte referência CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade): **45233142-6 – Reparação de estradas**.

#### Cláusula 2ª

##### Entidade contratante e entidade adjudicante

- 1.A entidade contratante/adjudicante é a Câmara Municipal de Aveiro, sita no Centro Cultural e de Congressos – Cais da Fonte Nova – 3800-200 AVEIRO, com o número de telefone 234 406 300, fax 234 406 356 e endereço eletrónico [www.cm-aveiro.pt](http://www.cm-aveiro.pt).
2. A decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada pelo Exmo. Senhor Presidente, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, por despacho de 03-10-2024, nos termos da "Delegação de Competências da Câmara no seu Presidente para o Mandato de 2021 a 2025", aprovada em reunião da Câmara Municipal de 15-10-2021, e ao abrigo do disposto no art.º 36.º do CCP.

#### Cláusula 3ª

##### Disponibilização e consulta do processo

- 1.O processo de procedimento é integralmente disponibilizado, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço Web <http://www.acingov.pt>, competindo aos interessados a verificação comparativa do conteúdo das mesmas com as peças patenteadas a concurso.
2. O acesso á referida plataforma eletrónica deverá ser feito através da página da internet [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt). Após adesão à mesma deverá aceder ao respetivo procedimento clicando em "Anúncios", visualizado, assim, toda a informação disponibilizada.

#### Cláusula 4ª

##### Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

- 1.No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas, conforme n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 50.º do CCP.
2. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se refere o número anterior tem a consequência prevista no n.º 3 do art.º 378.º do CCP.
3. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior, serão prestados pelo Júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das Peças do Procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no número 3 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º.
- 6.Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



8. Todas as notificações e comunicações entre a entidade pública adjudicante, o júri do concurso e os interessados, referidos no presente artigo, serão efetuadas através da plataforma eletrónica AcinGov.

#### Cláusula 5ª

##### **Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento mediante a apresentação duma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no art.º 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes, ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
3. São admitidas ao concurso todas as entidades que satisfaçam os requisitos deste programa de procedimento e estejam aptas a cumprir as obrigações decorrentes do caderno de encargos.
4. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, mas os seus membros não podem ser concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Não será permitida a alteração na composição do agrupamento concorrente pela substituição, saída ou entrada de qualquer novo membro, sob pena de exclusão do procedimento concursal.
7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas esses, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo
8. Nenhum concorrente pode figurar em mais do que um agrupamento, nem se apresentar integrado em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
9. A saída de algum dos membros do agrupamento carece de prévia autorização da Câmara Municipal de Aveiro, reservando esta o direito de aceitar ou não essa saída em função do peso/importância que o mesmo detém no agrupamento e subsequente proposta

#### Cláusula 6ª

##### **Critérios de adjudicação e de desempate**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade "Monofator", de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelo fator "Preço", enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate a proposta vencedora é apurada através de sorteio aleatório presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo Júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica utilizada "AcinGov".
3. Da sessão realizada é lavrada ata, que deve ser assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes

#### Cláusula 7ª

##### **Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. O prazo para apresentação das propostas é até às 17h00 do trigésimo (30.º) dia, não se incluindo na contagem o dia da publicação, ao abrigo do disposto no art.º 470.º do CCP, ou seja, **até às 17:00 horas do dia 24-11-2024**, e, em consequência, a abertura terá lugar no primeiro dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas.
2. A entrega da proposta e dos documentos que a compõem deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública <http://www.acingov.pt>
3. Os concorrentes devem assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.



5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem
6. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no art.º 137º do CCP.

#### Cláusula 8ª

##### **Inspecção do local dos trabalhos**

Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

#### Cláusula 9ª

##### **Documentos que instruem a proposta**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão, nos termos do nº 2 do art.º 146º do CCP, com observância das cláusulas técnicas do caderno de encargos:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno e Encargos (cláusulas técnicas e anexos inclusive), elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa de Procedimento;
  - b) Documentos que contenham os atributos da proposta submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
    - I. Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o Anexo II;
    - II. Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, elaborada sobre o ficheiro de cálculo, fornecido na plataforma.
    - III. Um cronograma financeiro, quando o caderno de encargos seja integrado por um projeto de execução, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os orçamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preço.
2. A proposta deve, ainda, apresentar os seguintes documentos que contenham as condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência:
- a) Plano de trabalhos, tal como definido no art.º 361º do CCP, incluindo "diagrama ou gráfico de barras", ilustrando o desenvolvimento das principais operações de execução dos trabalhos; "plano de mão-de-obra", "plano de equipamento";
  - b) Plano de pagamentos, tal como definido no artigo 361º-A
  - c) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
  - d) Declaração do concorrente que mencione os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no Alvará de Construção ou nos certificados de empreiteiros de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., contendo as seguintes autorizações:
    - 1.ª Subcategoria da 2.ª Categoria, de classe correspondente ao valor global da proposta;
    - 6.ª Subcategoria da 2.ª Categoria, de classe correspondente ao valor parcial da proposta;
  - e) Se o concorrente for um agrupamento de empresas, declaração através da qual as empresas que o constituem se comprometem a satisfazer a cláusula 5ª do presente Programa de Concurso.
3. Integram também na proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente os que considerar indispensáveis ao seu esclarecimento.
4. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante, nos termos da Cláusula 5ª. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poder para o efeito, ou pública-forma da mesma devidamente legalizada.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do nº 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos do mencionados n.º 3 da Cláusula 8ª.



6.O preço, que não deve indicar o IVA, é indicado em algarismos e por extenso. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito em algarismos prevalecerá sempre o indicado por extenso.

7. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

8.Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos concorrentes, nos termos do art.º 66º do CCP.

#### Cláusula 10ª

##### **Idioma dos documentos da proposta**

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### Cláusula 11ª

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes nem com alterações ao Caderno de Encargos, nem serão as propostas objeto de negociação.

#### Cláusula 12ª

##### **Prazo da obrigação da manutenção das propostas**

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas, de acordo com o preceituado no art.º 65º do CCP.

#### Cláusula 13ª

##### **Análise das propostas**

1.São excluídas as propostas que apresentem alguns dos motivos constantes dos artigos 70º e 146º do CCP.

2. As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação estabelecido na Cláusula 6ª deste Programa de Procedimento.

3. Após análise das propostas o júri elabora o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

4. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e avaliação das propostas.

5. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 70º do CCP.

6. Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, encontram-se juntos ao processo, são disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov, e notificados, em simultâneo, todos os concorrentes desse facto.

#### Cláusula 14ª

##### **Audiência Prévia**

1.Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia, enviando-o a todos os concorrentes e concedendo-lhes o prazo de 5 ( cinco) dias úteis para que se pronunciem por escrito, nos termos do art.º 147º do CCP.

2.Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora um relatório fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência dos motivos previstos no n.º 2 do art.º 146º do CCP.

3. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia nos termos indicados no n.º 1 da presente Cláusula.

#### Cláusula 15ª

##### **Adjudicação**

1.A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo júri, escolhendo assim o adjudicatário.



2.A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica AcinGov, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas.

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o(s) concorrente(s) adjudicatário é(são) igualmente notificado(s) para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos da cláusula 19.<sup>a</sup> do presente programa, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- b) Prestar caução de 5%, do preço contratual adjudicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos da Cláusula 20.<sup>a</sup> do presente Programa;
- c) Confirmar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

4. Não há lugar à adjudicação quando:

- d) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- e) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- f) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- g) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

5. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

6. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

#### Cláusula 16<sup>a</sup>

##### **Notificação da Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas.

2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o término do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida e da indemnização prevista no n.º 3 do art.º 76º do CCP.

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o concorrente adjudicatário é igualmente notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo de 10 dias úteis;
- b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
- c) Confirmar no mesmo prazo, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

#### Cláusula 17

##### **Aceitação/reclamação da minuta do contrato**

1. Depois de aprovada, a minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário, a qual se considera aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando dela não reclame nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos nos termos do n.º 2 do art.º 99º do CCP.

3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

#### Cláusula 18<sup>a</sup>

##### **Ajustamentos ao contrato**

1. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

2. Os ajustamentos que tenham sido aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.



#### Cláusula 19ª

##### **Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente adjudicatário, prazo de entrega, modo de apresentação e prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados**

1. O concorrente adjudicatário deverá, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação de adjudicação, apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- d) Número de beneficiário efetivo e identificação da dimensão do adjudicatário.
- e) Identificação dos representantes do(s) adjudicatário(s) com poderes para outorgar o contrato, tais como: nome, número do cartão de cidadão e validade, e número de identificação fiscal
- f) Caução, conforme Anexo III, IV, nos termos dos art.ºs 88º e 90º do CCP, no valor de 5% do preço contratual ou quando não tenha sido exigida a caução, uma declaração da retenção dos 10% do valor dos pagamentos a afetar.
- g) Alvará de Construção ou título de registo do concorrente emitido pelo INCI, I.P. contendo as autorizações mencionadas na alínea d) do n.º 2 da Cláusula 9ª deste Programa de Procedimento.
- h) Termos de responsabilidade e dos comprovativos de contratação de seguro de responsabilidade civil válido e da contratação, respeitantes ao diretor de obra de acordo com o artº 23º, nº.1 da Lei 31/2009 de 3 de Julho.
- i) Outros documentos necessários à celebração do contrato, caso existam.

2. Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização Previa do Tribunal de Contas, deve o adjudicatário apresentar um Plano de Prevenção e de Infrações Conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou media empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos exigidos nas alíneas a) e b) do número anterior, devem ser apresentados por todos os seus membros.

4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais

5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, será o adjudicatário notificado para no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias úteis sanar essas irregularidades, sem prejuízo do estipulado no artº.86º do CCP.

#### Cláusula 20ª

##### **Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do valor da adjudicação, com exclusão de IVA, nos termos do n.º 1 do art.º 89º do CCP ou informar da opção pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do art.º 88º do CCP.

2. A caução deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Câmara Municipal de Aveiro, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa e que dele faz parte integrante;
- b) Mediante Garantia Bancária ou Seguro-Caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante.

3. O adjudicatário pode optar pela prestação de caução e reforço de caução em simultâneo, de acordo com a clausula 38-Aª do caderno de encargos,

#### Cláusula 21ª

##### **Notificação da apresentação dos documentos de habilitação**

Todos os concorrentes são notificados na plataforma eletrónica, em simultâneo, da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando-se o dia em que ocorreu essa apresentação e de que se encontram disponíveis para consulta na citada plataforma eletrónica e na Câmara Municipal de Aveiro.





#### Cláusula 22ª

##### **Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo de 10 dias úteis fixado para o efeito da cláusula 15ª deste programa de procedimento;
  - b) No prazo que lhe for fixado quando se tratar de documento de habilitação que lhe venha a ser exigido nos termos do nº8 do artº.81º do CCP,
  - c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando for o caso, acompanhados da tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações referidas no número anterior se verificarem por fato que não seja imputável ao adjudicatário, conceder-se-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, também a caducidade da adjudicação.
4. Caduca igualmente a adjudicação se o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos na cláusula 15ª do presente a caução que lhe for exigida, e não confirmar os compromissos referidos na alínea b) do nº.3 da Cláusula 17ª deste programa, no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação que lhe for concedida para o efeito.
5. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### Cláusula 23ª

##### **Celebração de contrato**

- 1.O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do nº.1 do artigo 104º do CCP, salvo nos procedimentos pré-contratuais que tenham sido adotados segundo o critério urgência, ou qualquer outro tipo de procedimento, nos termos do nº. 4 do artº.104ª do CCP.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- 3.Para além dos casos previstos na Cláusula 21ª deste programa de procedimento, a adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiveram associado nos termos exigidos nos termos previstos nos nºs.4 e 5 da Cláusula 5ª deste Programa de Procedimento.
- 4.Nos casos previstos no número anterior as entidades adjudicantes adjudicam a proposta ordenada em lugar subsequente.
5. Se, por fato que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no nº 1 desta Cláusula, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta.

#### Cláusula 24ª

##### **Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no procedimento, contam-se nos termos previstos nos art.ºs 470º e 471º Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 25ª

##### **Despesas e encargos do adjudicatário**

Constituem despesas e encargos do concorrente adjudicatário as despesas inerentes à apresentação de caução, redução do contrato a escrito, e submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, caso seja aplicável, bem como todos os necessários à execução dos trabalhos contratados.



Cláusula 26ª

**Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante AcinGov

Cláusula 27ª

**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.



# ANEXOS



## Anexo I

### Modelo da declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

#### [artigo 57º, nº 1, alínea a)]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ".....", declara, sob compromissos de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) .....
- b) .....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº. 1 do artº. 55º do Código dos Contratos Públicos:

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº.1 do art.º. 55º do referido código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos nº. 4 e 5 do artº 57º.



## **Anexo II**

### **Modelo da declaração com indicação do preço contratual**

E....(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), co sede em ....., pessoa coletiva nº....., matriculada na Conservatória do registo Comercial de .....sob o nº....., com o capital social de....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de ....., no prazo de execução de ....., em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de .....Euros (.....euros), nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Câmara Municipal e Aveiro, nos termos do disposto nos n.ºs 5 al. b) e 8 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data...../.../.....

Assinatura.....



### Anexo III

#### Modelo de declaração de Habilitação

##### [artigo 81º, nº 1, alínea a)]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de " .....", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2): Não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sitio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), .....(data), ..... [assinatura (5).]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso;
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada";
- (5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.



#### Anexo IV

##### **MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

O Banco ....., com sede em ....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., presta a favor da Câmara Municipal de Aveiro, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..... (extenso e algarismos), correspondente a ..... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a ..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, a Câmara Municipal de Aveiro, vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato relativo à adjudicação da empreitada de ".....", nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de Agosto, e pela Lei 30/2021 de 21 de Maio, na sua redação atual.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da Câmara Municipal de Aveiro sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizada o seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Mais reconhece que para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente relativa à interpretação, validade e execução, é competente o Tribunal Administrativo do Porto.

Data, assinatura e selo branco do Banco



#### **MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO**

A Companhia de Seguros ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., presta a favor da Câmara Municipal de Aveiro, e ao abrigo de contrato de seguro-caução autónomo celebrado com ..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..... (extenso e algarismos), correspondente a ..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a ..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, a Câmara Municipal de Aveiro, vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato relativo à adjudicação da empreitada de ".....", nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de Agosto, e pela Lei 30/2021 de 21 de Maio, na sua redação atual.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da Câmara Municipal de Aveiro sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Bando de Portugal para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Aveiro quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente seguro caução autónomo, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizado o seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Mais reconhece que para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente relativa à interpretação, validade e execução, é competente o Tribunal Administrativo do Porto.

Data, assinatura e selo branco da entidade seguradora.

#### **MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**

Vai....., com sede em ....., na freguesia/concelho de ..... contribuinte nº ....., depositar na ..... (sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de ..... (numerário e extenso) como caução exigida para a execução da empreitada de ".....", para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de Agosto, e pela Lei 30/2021 de 21 de Maio, na sua redação atual.

Este depósito fica à ordem da Câmara Municipal de Aveiro, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Mais reconhece que para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente relativa à interpretação, validade e execução, é competente o Tribunal Administrativo do Porto.

Data

Assinatura